



SAUDAÇÃO ÀS JORNADAS DE LUTA DA FCSAP E DO STSS

Saudamos a manifestação que teve lugar em Lisboa no passado dia 31, promovida pela FRENTE COMUM DE SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em que participaram milhares de quadros técnicos, assim como a greve dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica convocada pelo SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE SAÚDE DAS ÁREAS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA (STSS), que decorreu entre o dia 31 de Outubro e o dia 3 de Novembro, com níveis de adesão muito grandes.

A manifestação da FCSAP, pela sua dimensão e combatividade, mostrou bem o quanto é sentida pelos trabalhadores da administração pública a desgovernação do PSD-CDS, que a coberto do pretexto de uma falaciosa falta de alternativa, insiste numa política de austeridade que tem tomado os trabalhadores da administração pública e os serviços como alvo preferencial para suportar os custos da sua política.

Tendo como referência a Constituição da República e defendendo uma Administração Pública ao serviço do povo e do país, os muitos milhares de trabalhadores reivindicavam a manutenção das 35 horas semanais de trabalho na Administração Pública; o fim dos cortes salariais e nas pensões; o aumento salarial de 3,7% com um mínimo de 50 euros; a integração, nos quadros de pessoal, de todos os trabalhadores que exerçam funções de carácter permanente na Administração Pública; respeito pela contratação colectiva e a publicação de centenas de Acordos Colectivos de Entidade Pública (ACEP) com as autarquias locais. São reivindicações que decorrem da continuada política de diminuição de efectivos nos serviços à custa de mais horas de trabalho semanal, passando das 35 horas, institucionalizadas há décadas, para 40 horas, mas sem compensação salarial, como seria justo.

As razões dos protestos estão bem traduzidas na Proposta Reivindicativa para 2015, subscrita pelos 31 sindicatos que constituem a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública [[PRC 2015](#)]. Aí pode ver-se o quanto esses trabalhadores foram afectados por perdas de rendimentos entre 2011 e 2014; por exemplo, a perda do ganho médio mensal de um técnico superior ronda os 120 euros. E quanto ao esvaziamento dos serviços (e correspondente sobrecarga de trabalho para os trabalhadores que ficam) nesse mesmo período, o número de trabalhadores com formação escolar de nível superior, médio e técnico profissional, foi reduzido nos quadros de pessoal dos diversos serviços. Por exemplo, no que respeita a efectivos, e considerando apenas algumas categorias de carreiras de técnicos superiores e técnicos de nível intermédio, as perdas de recursos humanos com formações especializadas da Administração Pública (sem incluir as empresas públicas) são da ordem dos vinte cinco mil trabalhadores, e considerando também as empresas públicas (onde se incluem os hospitais EPE) as baixas nos quadros são da ordem dos três mil. No caso destes hospitais destacam-se as perdas de pessoal técnico da área da saúde: cerca de 1.200 enfermeiros, técnicos superiores de saúde, e técnicos de diagnóstico e terapêutica. Com perdas de efectivos destas ordens de grandeza, algumas por pedido de reforma antecipada por falta de incentivos para

trabalhar em serviço público, não admira que o aparelho de Estado responda cada vez pior às solicitações das populações e das empresas, seja na rapidez ou na qualidade dos serviços a que têm direito.

Na verdade, já há longo tempo que muitos serviços da administração pública, não só da central mas também da local, vêm sendo cobiçados por interesses privados, o que se tem traduzido em políticas de desmantelamento do Estado, seja órgãos que cumprem a suas funções sociais, seja de um complexo de serviços indispensáveis para as funções de soberania, que não são apenas as de natureza militar mas também outras, que num Estado moderno, inclui muitos assuntos de natureza económica e técnico-científica. Mesmo integrados no espaço da União Europeia e, por isso, com limitações de soberania, são indispensáveis serviços que acautelem a defesa do interesse nacional, serviços que têm que dispor de técnicos preparados e experientes, com espírito de serviço público e pagos em conformidade com a sua especialização.

Aos serviços públicos nacionais colocam-se hoje questões de elevado nível de exigência técnico-científica que torna imprescindível um corpo de quadros especializados, não apenas através de formação escolar mas também, e muito, através de prática e de trabalho em equipa, frequentemente equipas multidisciplinares. Acresce que um trabalhador intelectual cujo desempenho depende dos seus conhecimentos técnico-científicos, o designado “*knowledge worker*”, necessita de tempo para análise do problema e reflexão, além de, não poucas vezes, bastante tempo para actualização de conhecimentos, pois há muitas matérias que estão em rápida evolução. É um tipo de trabalho que não é compatível com solicitações e respostas em cima da hora. Não raramente, pareceres dados sem estudo suficiente têm dado origem a danos irreversíveis, seja a um doente hospitalizado, seja a um projecto de investimento, seja a uma disposição legislativa regulamentadora de uma qualquer actividade económica.

A política de esvaziamento do Aparelho do Estado a que estamos assistindo decorre da cartilha do neoliberalismo, do Estado mínimo, slogan que infelizmente os aparelhos de propaganda do sistema conseguiram meter na cabeça dos trabalhadores do sector privado, fazendo-os cúmplices desta política destrutiva. Contudo, tal política não é de agora, vem de há muito, ainda que o actual governo PSD-CDS tenha acelerado o processo. Já antes havia sinais claros do figurino ideológico, basta lembrar o PRACE, em 2006, na governação do PS (governo Sócrates) apresentado como um Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que tinha alguma razoabilidade na fundamentação mas de que não se viu resultados práticos significativos; viu-se, isso sim, fusões absurdas de organismos e desorganização de outros com bons serviços prestados ao interesse público, acompanhando cortes cegos nos orçamentos de funcionamento e nos recursos humanos. Foi também com o PRACE que se intensificaram as saídas de quadros com longa experiência, uns por terem sido apanhados pela percentagem de corte a fazer no respectivo organismo determinado pelo governo, outros por pedido de reforma antecipada, por uma questão de dignidade e saúde mental, por desmotivação para continuar a trabalhar num serviço que apodrece a cada dia que passa. Para tentar minimizar a falta de pessoal de muitos serviços recorrem a mão-de-obra precária, em regime de “recibo verde”, ou seja, dando um mau exemplo ao sector privado e precarizando ainda mais o mercado de trabalho em Portugal.

Por tudo isto, a CPQTC está muito apreensiva com as consequências destas políticas que destroem as competências do Estado e reduzem a capacidade de defender o que resta da nossa soberania. Com estas políticas de destruição da AP e do aparelho produtivo nacional não admira que “sobrem” jovens (e não só) com qualificações e/ou experiência, isto é, que haja desemprego nestas camadas

da população em idade activa e cresça a emigração. A provação do OE para 2015, com as características que tem, não abre boas perspectivas. Alias, não são boas as perspectivas para o médio prazo no nosso país, eventualmente com um governo de coloração diferente mas com políticas parecidas no essencial, em que a austeridade e o empobrecimento do país vão continuar. Os figurinos capitalistas que vêm da Europa continuarão a ser os escolhidos, se acaso não se invertem estas dinâmicas.

Portugal precisa de romper este processo e adoptar outras políticas, políticas que defendam o povo e o país, ou seja, que defendam o que está consagrado pela Constituição de Abril. Só a luta dos trabalhadores organizados em sindicatos de classe fortes pode inverter o processo.

Lisboa, 06 de Novembro de 2014

A Direcção Nacional da

CPQTC